

AO

ILMO. SR. PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC.

Ref: Pregão Eletrônico 003/2021 – LOTES IV, X e XI

Recebido em 20/05/2021
UP. 0437268

LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 09.060.537/0001-11, com sede na Avenida General Justo, 335 – 9. Andar – Centro – Rio de Janeiro - RJ, por seu representante legal infra-assinado vem pela presente, na qualidade de participante do processo em referência, nos termos da legislação vigente, em especial à Lei 10.520, de 17/07/2002 e do Decreto 5.450, de 31/05/2005, e subsidiariamente, da Lei 8.666, de 21/06/1993, no Art. 5º inciso XXXIV da CF combinado com as disposições editalícias, apresentar

[Assinatura]
1

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Com vias a requerer a revisão da decisão equivocada deste pregoeiro em inabilitar a ora Recorrente por razão infundada, que fere de morte o princípio maior de uma licitação, o da isonomia entre os participantes.

DA TEMPESTIVIDADE

Induvidosa é a tempestividade da presente manifestação. Considerando-se o disposto no Art. 4 Inciso XVIII da Lei 10.520/2002, que regulamenta a licitação na modalidade Pregão, e que estabelece o prazo de 03 (três) dias úteis após a manifestação da intenção de recorrer para a apresentação de das razões do recurso administrativo e a junção de documentos para a instrução do mesmo, conclui-se que o final do prazo para oferecimento da presente dar-se-á em 20/05/2021.

DA NECESSIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO PRESENTE RECURSO

Inicialmente, a recorrente solicita que seja conferida ao presente o necessário efeito suspensivo, posto que o art. 9º da Lei nº 10.520/2002 estabelece que se aplicam, subsidiariamente, para a modalidade do pregão, as normas da Lei nº 8.666/93. Sendo assim, cumpre volver os olhos à regra do art. 109 do mencionado dispositivo legal que explicita que dos atos administrativos decorrentes da aplicação do diploma das licitações cabe recurso com obrigatório efeito suspensivo, dentre outros pontos, das decisões que importem em *habilitação ou inabilitação do licitante* e aquelas pertinentes ao *julgamento de*

Lapa Serviços *propostas* (cf. alíneas *a* e *b* do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93).

DOS FATOS

A FAETEC/RJ decidiu por proceder a abertura de licitação pública, pela modalidade de *Pregão Eletrônico*, visando a contratação de empresa para a prestação de serviços de **“gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra, devidamente regularizada, para prestar junto as Unidades Escolares da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO”**.

Na data agendada para a abertura de propostas e realização da sessão de lances do referido Pregão Eletrônico, e nos dias subsequentes, eis que as primeiras colocadas no certame foram eliminadas por erros ou omissões em suas planilhas e/ou documentos de habilitação, nos lotes IV, X e XI.

Após assumir o posto de arrematante do certame, ato contínuo à inabilitação das licitantes, a Recorrente foi eliminada do certame, conforme publicação feita no chat:

16/04/2021 11:46:00	Sistema	Proponente LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LDA Inabilitado para o(s) Item(ns) 10 . Justificativa: Não atendimento das exigências do Edital, registro de penalidade do quadro societário..
16/04/2021 11:45:00	Sistema	Habilitação iniciada para o Item 10
16/04/2021 11:43:26	Pregoeiro	Sendo assim, a empresa LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, arrematante do lote X, encontra-se INABILITADA, bem como não poderá prosseguir no certame, considerando o registro de penalidade do seu quadro societário,
16/04/2021 11:42:01	Pregoeiro	No que se refere à documentação referente ao 12.5 - QUALIFICAÇÕES TÉCNICA, foi submetida à Diretoria de Apoio Operacional/FAETEC, onde foi constatado que a empresa não cumpriu as exigências do edital convocatório.

Lapa Serviços

Tel: (21) 2217-1915 Fax: (21) 2220-2713
Av. General Justo 335, 8º andar - Centro
Rio de Janeiro-RJ CEP: 20021-130

www.lapaservicos.com.br



Conselho Regional
de Administração do
Rio de Janeiro



ABRH-RJ
Associação Brasileira de Recursos Humanos
Integrante do Sistema Nacional ABRH



3

16/04/2021 11:41:52	Pregoeiro	A respectiva documentação do item 12.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA foi submetida à Assessoria de Contabilidade da FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital.
16/04/2021 11:41:38	Pregoeiro	Em que pese à inabilitação da empresa LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA eis que a proposta apresentada está em desacordo com as exigências do edital convocatório, passaremos a análise da documentação apresentada. As documentações relativas aos itens 12.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA e a 12.3 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA, foram analisadas pela Comissão Permanente de Pregão Eletrônico, esta comissão realizou consulta ao site Conselho Nacional de Justiça, CNJ e constatou a existência de condenações por atos de improbidade administrativa contra seus 03 (três) sócios: Luiz Fernando Resende Fernandes, Leonardo de Souza Rangel e Daniela Resende Fernandes, bem como, contra seu administrador Milton Cesar Ferreira Rangel.

Estes são os fatos.

DO DIREITO

A Administração Pública, em sua atuação, rege-se por normas, aí incluídos regras e princípios. Com a Constituição da República de 1988 os princípios adquiriram maior importância, como se extrai da leitura do § 2º do art. 5º e também do art. 37, que traz explícitos alguns princípios a serem observados por toda a Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. É de se notar que no Direito Administrativo, ramo jurídico não codificado, os princípios ganham grande relevância auxiliando na compreensão e consolidação de seus institutos. Os processos administrativos constituem um desses institutos do Direito Administrativo e, como tais, são regidos por princípios próprios. Alguns desses postulados encontram-se consagrados na Constituição da República, outros nas leis processuais e outros encontram-se implícitos no sistema normativo. Entre estes princípios, um destaca-se por contribuir de forma fundamental para a plena consecução do objetivo da atividade estatal: o da verdade material. Trata-se de princípio de suma importância para a consagração do interesse público e da justiça social na

medida em que reflete o comprometimento da Administração na busca da verdade

Lapa Serviços

Tel: (21) 2217-1915 Fax: (21) 2220-2713
Av. General Justo 335, 8º andar - Centro
Rio de Janeiro-RJ CEP: 20021-130

www.lapaservicos.com.br

 Conselho Regional
de Administração do
Rio de Janeiro



ABRH-RJ
Associação Brasileira de Recursos Humanos
Integrante do Sistema Nacional ABRH

 **Seac-RJ**
Sindicato das Empresas de Asseio e
Conservação do Estado do Rio de Janeiro

irrefutável. O princípio da verdade material, ao ampliar a capacidade investigatória da Administração, impede que ela tenha uma atitude de mera expectadora. Ao invés de apenas observar o que se encontra nos autos, ela pode determinar a produção das provas necessárias para esclarecer o que realmente ocorreu. Para o caso em voga, a aplicação de tal princípio concorre para a plena satisfação não só do princípio maior do procedimento licitatório, que é a obtenção de condição mais vantajosa à Administração, como para a própria finalidade da Administração, que é a proteção do interesse público.

I – DA ILEGALIDADE NA APLICAÇÃO DA PENALIZAÇÃO À LAPA

O imbróglio que resultou na aplicação da penalização de suspensão de licitar à esta Recorrente inicia-se no já longínquo mês de agosto/2020, quando o INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO promoveu a abertura do Pregão Eletrônico 08/2020, que tinha por objeto a contratação de serviços de Apoio Administrativo para aquela instituição.

Abertos os trabalhos em 05/08/2020, esta Recorrente colocou-se em sétimo lugar na classificação final. Após a inabilitação ou desclassificação das empresas que a antecederam no certame, assumiu a condição de arrematante. No entanto, ao invés de ter seus documentos analisados, foi interpelada por uma diligência que a indagava acerca de um lançamento de penalização indireta por outra empresa constante em seu cadastro no SICAF.

No entanto, como respondido àquela Instituição, a mera existência de anotação no relatório intitulado “*Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor*”, funcionalidade disponível no âmbito do Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, por si só não é autorizadora para a exclusão sumária de licitante que oferece a proposta mais vantajosa. Antes, presta-se a indicar à Administração Pública a existência de INDÍCIOS de manipulação societária com fins escusos.

No máximo, serve para acender um alarme de prudência que deve nortear a ação do agente público, prudência essa exarada no Acórdão TCU nº 2.218/2011 – Primeira Câmara, *in verbis*:

Presume-se fraude quando a sociedade que procura participar de certame licitatório possui objeto social similar e, cumulativamente, ao menos um sócio-controlador e/ou sócio-gerente em comum com a entidade apenada com as sanções de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, previstas no inciso III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

O referido acórdão, proferido no já longínquo ano de 2011, foi a base para que se estabelecesse, anos mais tarde, a citada funcionalidade de impedimento indireto.

Desde então, no entanto, a jurisprudência evoluiu no sentido de que o mero preenchimento de um ou mais dos quesitos indicados no Acórdão NÃO seria suficiente para indicar de forma cabal a conduta dolosa do particular.

Sendo assim, a afirmação rasa de que a recorrente LAPA TERCEIRIZAÇÕES assumiu também para si, automaticamente, a penalidade imposta à empresa chamada "VP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA", inscrita no CNPJ sob o n. 04.607.444/0001-40, por supostamente pertencerem a mesmo grupo econômico pela identidade dos sócios é FALSA e CONTRÁRIA À LEI.

II – DA IMPOSSIBILIDADE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

O cerne da discussão com aquele Jardim Botânico residiu na tese de que a mera proximidade de endereços ou comunicabilidade de sócios não seria suficiente, segundo a jurisprudência de corte superior, para que se admita a quebra da

Lapa Serviços **personalidade jurídica, senão vejamos:**

Tel: (21) 2217-1915 Fax: (21) 2220-2713
Av. General Justo 335, 8º andar - Centro
Rio de Janeiro-RJ CEP: 20021-130

www.lapaservicos.com.br



Conselho Regional
de Administração do
Rio de Janeiro



ABRH-RJ
Associação Brasileira de Recursos Humanos
Integrante do Sistema Nacional ABRH



"ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SANÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR. EXTENSÃO DE EFEITOS À SOCIEDADE COM O MESMO OBJETO SOCIAL, MESMOS SÓCIOS E MESMO ENDEREÇO. FRAUDE À LEI E ABUSO DE FORMA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DA INDISPONIBILIDADE DOS INTERESSES PÚBLICOS. A constituição de nova sociedade, com o mesmo objeto social, com os mesmos sócios e com o mesmo endereço, em substituição a outra declarada inidônea para licitar com a Administração Pública Estadual, com o objetivo de burlar à aplicação da sanção administrativa, constitui abuso de forma e fraude à Lei de Licitações Lei nº 8.666/93, de modo a possibilitar a aplicação da teoria da desconconsideração da personalidade jurídica para estenderem-se os efeitos da sanção administrativa à nova sociedade constituída. A Administração Pública pode, em observância ao princípio da moralidade administrativa e da indisponibilidade dos interesses públicos tutelados, desconconsiderar a personalidade jurídica da sociedade constituída com abuso de forma e fraude à lei, desde que facultado ao administrado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo regular. Recurso a que se nega provimento. (RMS 15166/BA, T2 do STJ, Relator Ministro Castro Meira, data do julgamento 07/08/2003)

Observando-se o *decisum* acima, nota-se claramente que a desconconsideração da personalidade jurídica é possível e autorizada à Administração Pública. No entanto, para a discussão ali colocada, faltava peça fundamental para que a Administração exercesse tal direito: o nexo de causalidade.

Pública deve dar-se após caracterizado o dolo do particular: constituir nova sociedade, com mesmo objetivo social, mesmos sócios e mesmo endereço, visando substituir outra declarada inidônea para licitar com a Administração.

Ora, a empresa LAPA criada em 05/09/2007, e veio para dividir as atribuições da empresa VP, criada em 06/08/2001. A Lapa passaria a atender empresas Privadas e empresas públicas vinculadas ao Governo Federal. Ou seja, mera estratégia de mercado.

Sendo assim, obviamente não se materializa a premeditação de fundação de sociedade empresária visando substituir outra que esteja inidônea e impedida legalmente de operar com a Administração Pública. A LAPA foi fundada em 2007 como já dito, ao passo de que a penalidade que momentaneamente impede a licitante VP SERVIÇOS de licitar e contratar com a Administração somente foi aplicada em 20/04/2020.

Neste enorme interregno temporal de ao menos 13 (treze) anos, a recorrente Lapa desenvolveu atividade empresarial intensa e profícua, como pode ser aferido no acervo técnico apresentado, afastando por completo a hipótese de fundação para dar vazão a intenção escusa de substituir empresa que seria apenas mais de uma década depois.

Vale ressaltar também que a LAPA não se encontrava com apontamento positivo em nenhum dos cadastros dos órgãos de controle que mantêm listagens de empresas sancionadas.

Sendo assim, subsistia apenas um apontamento indireto que, como já dito, por si só não trazia consigo a comprovação de dolo na conduta da empresa, apenas indício que merecia ser apurado. Pelo exposto acima, a cronologia de fundação das

Lapa Serviços em empresas afasta por completo a hipótese de mera constituição de sociedade visando

substituir outra que esteja impedida de operar com a Administração Pública.

Tel: (21) 2211-1111
Av. General Justo 335, 8º andar - Centro
Rio de Janeiro-RJ CEP: 20021-130

www.lapaservicos.com.br



Conselho Regional
de Administração do
Rio de Janeiro



ABRH-RJ
Associação Brasileira de Recursos Humanos
Integrante do Sistema Nacional ABRH



III – DA ORIGEM DAS PENALIZAÇÕES CONSTANTES DO SICAF

Como já dito, a mera existência de apontamentos de ocorrências indiretas no SicaF em nada concorre para a habilitação ou inabilitação de uma empresa em processo licitatório.

No entanto, apenas para efeitos de esclarecimento, registramos que a penalidade lavrada contra a VP SERVIÇOS originou-se em eventos ocorridos no já longínquo ano de 2016, à época dos eventos que motivaram a citada reprimenda contratual a empresa encontrava-se com dificuldades de quitar seus compromissos trabalhistas, fiscais e tributários por conta da pesada inadimplência por parte de seus contratantes, entre os quais incluía-se o próprio órgão sancionador, o HFAG.

Com efeito, a empresa viu-se sem condições de executar o papel de mecenas da atividade estatal, já que foi obrigada a arcar com os custos contratuais frente a longos períodos sem receber as faturas.

Como pode ser visto no documento anexado, na ocasião em que a empresa foi notificada, ressalte-se por motivo absolutamente exorbitante, o órgão sancionador devia valores correspondentes a quase seis meses do faturamento regular do contrato, um nível de inadimplência absolutamente insuportável ao particular.

IV – DA FRUSTRAÇÃO DOS ESFORÇOS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA LAPA

Em última análise, ao se pretender manter a desclassificação da Recorrente por apontamento oriundo de procedimento ilegal e contra o qual inclusive já ingressamos com processo buscando a tutela do Judiciário para reparação da ilegalidade, esta FAETEC atenta também contra a própria finalidade do processo protocolado em 04/12/2019 perante o

MM. Juízo de Direito da 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro (proc.

nº 0320228-51.2019.8.19.0001), em que a LAPA apresentou seu pedido de Recuperação Judicial visando a proteção legal garantida pela Lei 11.101/05 em sua tarefa de reengenharia financeira, amplamente prejudicada pela pesada inadimplência da Administração Pública, como já exposto a V.Sas.

Portanto não só a Recorrente, bem como a VP SERVIÇOS, encontram-se desde aquela data em regime legal de Recuperação Judicial, conforme respectiva decisão judicial em anexo que determinou o processamento da mesma com suspensão de todas as ações de cobrança das dívidas a ela submetidas, e cujos pagamentos já foram iniciados no mês de fevereiro/2021, conforme Plano de Recuperação aprovado na assembléia de credores, realizada em 10/12/2020.

Por fim reiteramos que, ao contrário do preconceito que o termo possa despertar, a condição de recuperanda apenas protege a organização empresarial, criando um ambiente menos hostil em que seus débitos bancários, judiciais e com fornecedores são alongados, possibilitando a reorganização de suas contas e a renegociação de seus débitos sem o risco de execução de tais dívidas. Assim, fica preservada a organização empresarial que gera riqueza econômica e cria emprego e renda, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento social do país.

V – DA EXISTÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL FAVORÁVEL À RECORRENTE

Corroborando com a tese da ilegalidade da desclassificação da LAPA em função de apontamento indireto oriundo de outra organização empresarial, foi expedida decisão no âmbito de impedir que o SICAF registre quaisquer penalidades em desfavor desta Recorrente, eis que oriundos de fato meramente financeiro ocorrido antes da Recuperação Judicial, portanto suportados pelo processo de reengenharia financeira desta Recuperanda.

[Handwritten signature] 10

Naquela decisão o juízo salienta que aparentemente, a UNIÃO decidiu aplicar a penalidade e executá-la de imediato, de forma ilegal, impedindo indevidamente que a empresa LAPA, QUE SEQUER FOI QUEM SOFREU A PENALIDADE, fosse seja mantida na licitação de que foi vencedora.

Sendo assim, resta patente que a anotação da penalidade lavrada pelo Jardim botânico tem vício de origem, que o invalida desde seu nascedouro, e que portanto não pode continuar produzindo seus efeitos nefastos tanto contra esta Recorrente, que vê-se impedida de firmar novos contratos, como contra a própria Administração Pública que se vê obrigada a contratar com empresas que ofereceram preços substancialmente maiores que a Recorrente.

DO PEDIDO

Pelo exposto, restou comprovada a absoluta falta de sustentação legal e ausência de temperança para o ato praticado pelo ilustre Pregoeiro quando da inabilitação da ora Recorrente, visto que o Edital, a legislação inerente e principalmente a verdade real do processo demonstram o equívoco. Sendo assim, imperioso se faz a reforma da decisão, para que se cumpra a Lei diante da realidade dos fatos, visto que os argumentos adotados para justificar a eliminação desta recorrente do certame são inexistentes e descabidos.

Por força dos fatos, serve a presente para requerer:

- 1 - Que as presentes Razões de Recurso sejam conhecidas, posto que tempestivas;
- 2 - Que seja atribuídas à presente o devido efeito suspensivo;
- 3 - Que a FAETEC proceda à reabilitação da Ora Recorrente no certame, para que a esta seja conferido seu legítimo direito à recomposição de sua planilha visando sanar pequenos defeitos, em plena isonomia à oportunidade franqueada aos demais concorrentes do certame. Ato contínuo, caso a proposta seja achada conforme, a declaração como

Era o que nos cabia argumentar.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2021



LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

Leandro Augusto Almeida Batista

Gerente de Contratos

Anexo

**Decisão Judicial determinando ao
SICAF que deixe de registrar quaisquer
penalidades aplicadas à Recorrente, eis
que ilegais**





Fls.

Processo: 0320228-51.2019.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

Autor: VP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Administrador Judicial: SIQUEIRA BOTRELL ALMEIDA E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Maria Cristina de Brito Lima

Em 13/04/2021

Despacho

Fls. 18107 - Informam as Recuperandas os dados para cumprimento do item 1 de fls. 18096. Atenda o Cartório.

Fls. 18114 - INTIME-SE a CEF, por publicação, na forma do requerido pelas Recuperandas.

Fls. 18135 - Ofício oriundo da 16ª Câmara Cível, informando o resultado do AI nº 0033048-47.2020.8.19.0000, que negou provimento ao recurso do MP quanto à decisão que homologou os honorários do AJ.

Cumpra-se o Acórdão.

Dê-se ciência às Recuperandas, ao AJ e ao MP.

Fls. 18147 - Às Recuperandas, quanto a resposta da ANS.

Fls. 18167/18206 - Petição da AJ, apresentando Relatório de Atividades das Recuperandas. Aos interessados e ao MP.

Fls. 18208/18279- Petição das Recuperandas, com requerimentos:

(i) a FBN recentemente, através de e-mail encaminhado em 15/03/2021 por sua funcionária Ana Paula Victor, Matrícula 01551936, informou simplesmente que diante da r. decisão deste Juízo ter sido recebida por meio eletrônico, a Procuradoria Federal junto à Fundação irá aguardar a regular intimação de sua representação no processo judicial, na forma do art. 183, §1º do Código. Para imediato cumprimento à r. decisão deste d. Juízo de fls. 17.003/17.004, vêm requerer a V. Exa., na forma do artigo 193 1 do CPC, se digne determinar a expedição de intimação pela i. Serventia através de e-mail ao Procurador Federal Chefe, responsável e com atuação junto à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), qual seja, Dr. Marcus Vinicius de Albuquerque Portella, através dos e-mails marcus.portella@agu.gov.br e procuradoria@bn.br formalmente cadastrados para atuação em favor daquele órgão. Ou ainda, por OJA.



(ii) a determinação de expedição de ofício para o SICAF - SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES, para os mesmos fins daquele que foi expedido para o Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) às fls. 17.980, ou seja, para que promova a devida anotação cadastral da inexistência de impedimento das Recuperandas, direto ou indireto, em razão de apontamentos em suas certidões de penalidades decorrentes de fatos geradores e débitos anteriores à distribuição desta recuperação judicial em 04/12/2019 ou baixe aquelas existentes no sentido de impor restrições por tais fatos.

(iii) com a finalidade de dar efetividade ao plano homologado, requer seja determinado por este juízo a expedição dos competentes ofícios ao Serasa, SPC, SISBACEN e Cartórios de Protestos de Títulos desta cidade, para que procedam o imediato cancelamento dos apontamentos de títulos e dívidas com origem anterior à data da distribuição da recuperação judicial, ou seja, 04/12/2019, contra as Recuperandas, LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.060.537/0001-11 e VP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.607.444/0001-40 e seus sócios; e., por fim,

(iv) a expedição de ofício ao Banco Itaú S/A, Conta de Investimento nº 03964-7 da Agência nº 9008, a fim de que a referida instituição realize com urgência, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a transferência dos recursos de titularidade da Recuperanda atualmente aplicados e bloqueados pela 4ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital deste Tribunal de Justiça (processo nº 0183480-95.2008.8.19.0001), no montante de R\$6.800.000,00 (seis milhões de reais), para conta de depósito judicial à disposição deste Juízo universal, na forma do plano homologado e em cuja assembleia foi deliberada cláusula específica com a previsão de que os valores devem ser prontos e devidamente destinados à antecipação do pagamento para quitação dos credores concursais, sujeitos ao presente feito.

Quanto aos itens (i), (ii) e (iii), DEFIRO nos termos requeridos. Ao Cartório para as providências.

Quanto ao item (iv), antes de apreciar, abra-se vista à AJ e ao MP.

Rio de Janeiro, 07/05/2021.

Maria Cristina de Brito Lima - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Maria Cristina de Brito Lima

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **437Z.E1E5.6DCW.RMY2**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br - Serviços - Validação de documentos